



Licitação nº 051/2013 - Processo nº 484/2013 - Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
Setor requisitante: Gerência de Manutenção, Instalações Prediais
e Controle do Patrimônio Imobiliário – GEMAP

Pregoeiro: MARIA LUIZA VECCHI PRATES LIMA

Equipe de Apoio: Márcia Andrade Alves

Maria da Conceição Gabriche S. Menezes

Wilber Martins de Souza

Apoio Técnico: José Luiz de Paula Alves da Cunha

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais torna público aos interessados que promoverá a presente licitação, cuja sessão ocorrerá no dia, horário e local abaixo mencionados, regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, pelas Leis Estaduais nº 13.994, de 18.09.2001, nº 14.167, de 10.01.2002, pelos Decretos Estaduais nº 44.786, 44.787, ambos de 18.04.2008, e nº 45.902, de 28.01.2012, nº 44.630, de 3.10.2007, pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993, e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital, destinada a selecionar a proposta mais vantajosa, pelo critério de julgamento do **menor preço global do lote**.

1. DO OBJETO

Registro de preços para futuro e eventual fornecimento, com instalação e serviço de manutenção de persianas verticais nos prédios do TJMG, localizados na capital e no interior do Estado de Minas Gerais, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência e demais anexos, partes integrantes e inseparáveis deste Edital. Ata de Registro de Preços 019/2013.

2. DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

2.1. As propostas serão recebidas até às **09h00min do dia 10.06.2013**, exclusivamente por meio eletrônico, através do sítio da internet www.licitacoes-e.com.br.

3. DA DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

3.1. A sessão pública será iniciada às **09h00min do dia 10.06.2013**.

3.2. A disputa será iniciada às **09h30min do dia 10.06.2013**.

3.3. Para todas as referências de tempo mencionadas neste Edital será observado o horário oficial de Brasília (DF).

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão credenciar-se junto ao Banco do Brasil S.A., coordenador do sistema de pregão eletrônico.

4.2. Qualquer informação acerca do credenciamento poderá ser obtida através do sítio www.licitacoes-e.com.br, conforme instruções nele contidas.

4.3. O credenciamento dar-se-á pela atribuição da chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, cujo uso é de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao coordenador do sistema ou ao Tribunal, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.4. O credenciamento do licitante junto ao coordenador do sistema eletrônico implica a sua responsabilidade legal ou do seu representante legal e a presunção da capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, sob pena da aplicação das sanções previstas neste Edital.



5. DA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar desta licitação quaisquer interessados que comprovem possuir os requisitos de qualificação e que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital devendo:

5.1.1. Encaminhar eletronicamente sua proposta de preço e,

5.1.2. Declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta atende às demais exigências previstas neste Edital.

5.2. Não poderá participar da presente licitação o empresário individual ou a sociedade empresária:

- a) em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- b) estrangeiro(a);
- c) suspenso(a) de participar em licitação e impedido de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;
- d) declarado(a) inidôneo(a) para licitar ou contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- e) em processo de recuperação judicial ou falimentar;
- f) cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- g) que incidirem nas hipóteses previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/1993, observada a exceção prevista em seu § 1º.

5.3. Também não poderá participar, direta ou indiretamente, da presente licitação, servidor ou dirigente deste Tribunal ou o responsável pela licitação, nos termos do art. 9º da Lei Federal nº 8.666/1993.

5.4. Será realizada consulta junto ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP para verificação dos impedimentos.

6. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta até a data e hora designadas para a abertura da mesma, consignando o **preço global do lote**, que deverá considerar todos os custos diretos e indiretos, de acordo com o especificado neste Edital;

6.1.1. O licitante deverá declarar virtualmente o cumprimento de todos os requisitos de habilitação e conformidade de sua proposta com as exigências do instrumento convocatório.

6.1.2. Quando da incidência de ICMS, para atendimento ao disposto no Decreto nº 43.080/2002 e Resolução Conjunta SEF/SEPLAG nº 3.458/2003, os fornecedores mineiros, exceto os optantes pelo Simples Nacional, deverão apresentar em suas propostas o **preço do produto cotado com ICMS**.

6.1.3. Nas etapas de classificação, lances e julgamento quanto à aceitabilidade dos preços serão utilizados os preços com ICMS, observado o disposto no subitem 9.3 deste Edital.

6.1.4. O licitante deverá descrever no campo “Informações Adicionais” outros elementos exigidos no Termo de Referência, como **MARCA e MODELO** do produto ofertado.

6.2. Até o horário previsto para o término do encaminhamento das propostas, o licitante poderá retirar ou substituir a anteriormente encaminhada.

6.3. A proposta não poderá impor condições ou conter opções, bem como apresentar qualquer elemento que possa identificar o licitante durante a fase da disputa.

6.4. O encaminhamento da proposta implica a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

7. DA SESSÃO DO PREGÃO E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1. No dia e horário indicados neste Edital o Pregoeiro iniciará a sessão pública com a abertura e divulgação das propostas comerciais.



7.2. No transcurso da sessão pública, serão divulgadas em tempo real, todas as mensagens trocadas no *chat* do sistema, inclusive valor e horário do menor lance registrado apresentado pelos licitantes, vedada à identificação dos mesmos.

7.3. O Pregoeiro examinará as propostas, classificando as que estiverem em conformidade com todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

7.4. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital ou que possuam qualquer elemento que possa identificar o licitante durante a fase da disputa.

7.5. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

7.6. Após a classificação das propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances decrescentes, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observadas as regras de aceitação dos mesmos.

7.7. O Pregoeiro poderá acordar com todos os licitantes o percentual ou o valor de redução mínima entre os lances e o tempo máximo para sua formulação.

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro pelo sistema.

7.10. O encerramento da fase de lances será por decisão do Pregoeiro, mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente, determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrado o recebimento de lances.

7.11. Não havendo oferta de lances pelos licitantes e ocorrendo empate entre duas ou mais propostas, será realizado sorteio aleatório pelo próprio sistema.

7.11.1. Alternativamente, caso o sistema eletrônico não disponha de funcionalidade para sorteio, os proponentes, cujas propostas foram objeto de empate, serão convocados por meio do canal eletrônico da licitação para que seja realizado o sorteio presencial, em local a ser definido pelo pregoeiro.

7.12. Encerrada a fase de lances e ordenadas as ofertas, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que possa ser obtido preço mais favorável, e subsequentemente decidir sobre sua aceitação.

7.13. Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP e houver proposta apresentada por ME ou EPP até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/2006, procedendo-se da seguinte forma:

- a) a ME ou EPP mais bem classificada será convocada para, no prazo máximo de cinco minutos após o encerramento dos lances, apresentar proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, sob pena de preclusão do direito de desempate;
- b) não sendo vencedora a ME ou EPP mais bem classificada, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.14. Ao final da disputa, observadas as disposições da Lei Complementar nº 123/2006 e quando for o caso, após negociação e decisão sobre a aceitação do lance de menor valor, o sistema eletrônico anunciará o detentor da melhor proposta.

7.15. O pregoeiro poderá solicitar ao licitante detentor da melhor oferta que demonstre a exequibilidade de seus preços, observando o procedimento disposto no Decreto Estadual nº 44.786/2008.

7.16. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação da habilitação do seu ofertante, até a seleção de proposta que atenda ao Edital;

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances. O



Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.18. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá início somente após comunicação formal pelo sistema eletrônico, *e-mail* ou via fax.

7.19. Caberá ao licitante a incumbência de acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Encerrada a etapa competitiva, o Pregoieiro procederá à análise da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta de menor preço, para a verificação do atendimento às condições fixadas neste Edital.

8.2. A habilitação jurídica, a regularidade fiscal e a qualificação econômico-financeira serão comprovadas por meio do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo CAGEF ou pelo SICAF. O licitante deverá apresentar documentação atualizada para habilitação quando os documentos integrantes destes Certificados estiverem vencidos.

8.3. Os Certificados de Registro Cadastral poderão ser substituídos pelos documentos abaixo listados, válidos e regulares, os quais deverão obrigatoriamente ser apresentados, na hipótese de não constarem no CAGEF ou no SICAF.

8.3.1. Para a HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos da eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da eleição da diretoria em exercício;
- d) Certidão emitida por Junta Comercial ou Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, no caso de ME ou EPP.

8.3.2. Para a REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA :

- a) Prova de inscrição no CPF (pessoa física) ou CNPJ (pessoa jurídica);
- b) Prova de regularidade com as Fazendas Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – RFB/PGFN) Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, emitida há no máximo de 06 (seis) meses, se outro prazo de validade não constar do documento;
- c) Certificado de regularidade junto ao FGTS;
- d) Certidão de regularidade junto ao INSS;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- f) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

8.3.3. Para a QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) **Certidão de falência ou Recuperação Judicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

8.3.4. Para a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a realização de fornecimento e instalação de persianas, similar ao objeto ora licitado, de complexidade operacional equivalente ou superior, constando no *mínimo*:
 - para o lote 1: 800m² (oitocentos metros quadrados) de persianas;
 - para o lote 2: 320m² (trezentos e vinte metros quadrados) de persianas;
 - para o lote 3: 480m² (quatrocentos e oitenta metros quadrados) de persianas;
 - para o lote 4: 800m² (oitocentos metros quadrados) de persianas;
 - para o lote 5: 600m² (seiscentos metros quadrados) de persianas;



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

- para o lote 6: 800m² (oitocentos metros quadrados) de persianas;

8.3.4.1. Será aceito o somatório de atestados para a comprovação do quantitativo exigido.

8.3.5. “DECLARAÇÃO DE MENORES”: declaração de inexistência, em seu quadro de pessoal, de trabalhadores menores, na forma do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo em anexo.

8.4. Todos os documentos, inclusive a Certidão de Falência ou Recuperação Judicial, terão sua validade verificada no dia previsto para a abertura da sessão. Inexistindo prazo de validade expresso, reputar-se-ão válidos por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, contados de sua expedição.

8.5. Para fins de habilitação, é facultada ao Pregoeiro, a verificação das informações e a obtenção de documentos que constem de sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo ser tais documentos juntados ao processo.

8.6. Os documentos solicitados pelo Pregoeiro deverão ser encaminhados por meio eletrônico, para o e-mail gecomp.coali@tjmg.jus.br, ou via fax (31) 3224.2816.

8.7. Todos os documentos e a proposta readequada deverão ser encaminhados em até 02 (duas) horas após a solicitação, podendo este prazo ser prorrogado, a critério do pregoeiro, visando à continuidade da sessão pública.

8.8. Em caso de dúvida quanto à autenticidade de qualquer documento, o Pregoeiro abrirá prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação da documentação original, sob pena de inabilitação.

8.9. As ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

8.9.1. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal para as ME e EPP, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.9.2. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal, por igual período, dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro.

8.9.3. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos 02 (dois) dias úteis inicialmente concedidos.

8.9.4. A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

8.10. Suspensa a sessão para avaliação da documentação habilitatória ou para quaisquer outras diligências, o pregoeiro informará aos licitantes, via sítio de realização do pregão, através do “chat de mensagens”, o dia e horário que retornará a esse ambiente virtual para a continuidade da sessão.

8.11. Verificado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

8.12. Se o detentor da melhor proposta desatender às exigências previstas neste Edital, será inabilitado e o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a habilitação do licitante seguinte, na ordem de classificação, até a seleção daquela que atenda ao Edital, cujo ofertante será declarado vencedor.

8.13. Os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ e o respectivo endereço, inclusive para os casos de documentações de estabelecimentos matriz ou filial, exceto aqueles somente emitidos em nome da matriz.

9. DA PROPOSTA COMERCIAL READEQUADA

9.1. O licitante declarado vencedor, independente de alteração do valor da proposta inicial, deverá encaminhar no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após encerrada a sessão pública, Proposta Comercial Readequada conforme modelo constante em anexo.



9.2. A proposta comercial readequada poderá ser elaborada conforme modelo deste Edital, obedecidas as disposições do Termo de Referência e seus anexos quando for o caso e impressa em papel timbrado da empresa, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, que acarretem lesão ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou impeçam a exata compreensão de seu conteúdo, devendo constar os seguintes elementos:

- a) razão social, CNPJ (que deverá ser o mesmo para a proposta comercial e Nota Fiscal), endereço completo, número de telefone, *e-mail* (se houver) e fax, bem como o nome do banco, número da conta e a respectiva agência na qual deseja receber seus créditos;
- b) especificações técnicas e outros elementos exigidos no Termo de Referência e demais anexos, de modo a identificar o objeto licitado e atender ao disposto no art. 31, da Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor;
- c) preços unitário e total de todos os itens (quando houver) que compõem o lote em moeda corrente do País, em algarismos, com 02 (duas) casas decimais após a vírgula;
- d) preço total do lote em algarismos e por extenso;
- e) data e assinatura do representante legal do LICITANTE, com a identificação de seu nome abaixo da assinatura;
- f) prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar do seu encaminhamento.

9.2.1. Ocorrendo divergência entre o preço unitário e o preço total, prevalecerá o valor do preço unitário.

9.3. Na hipótese de fornecedor mineiro ser declarado vencedor do certame, caberá ao mesmo adequar os valores da proposta comercial, discriminando os preços COM ICMS e os preços SEM ICMS, inclusive aquele que se enquadrar no REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA, ainda que não optante pelo SIMPLES.

9.3.1. Os valores SEM ICMS serão utilizados para fins de adjudicação e homologação da licitação.

9.3.2. Os licitantes mineiros optantes pelo Simples Nacional deverão anexar em suas propostas comerciais o documento hábil à comprovação desta opção.

10. DO RECURSO

10.1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá o prazo de 15 (quinze) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso.

10.1.1. Aos demais licitantes, independentemente de intimação, será concedido igual prazo para apresentação de contrarrazões, o qual começará a contar a partir do término do prazo concedido ao recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2. Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação da intenção do licitante durante a sessão pública, e o encaminhamento das razões do recurso e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em formulários próprios.

10.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, quanto ao resultado do certame, importará a decadência do direito de interposição de recurso.

10.4. O recurso terá efeito suspensivo, exceto quando manifestamente protelatório ou quando o pregoeiro puder decidir de plano.

10.5. Os recursos serão decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis pela autoridade competente.

10.5.1. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. O procedimento de adjudicação é atribuição do Pregoeiro, quando não houver recurso, ou, quando interposto, for acolhido pelo próprio Pregoeiro.



11.2. Decididos os recursos pela autoridade competente do Tribunal e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a própria autoridade adjudicará o objeto da licitação ao vencedor e homologará o processo para determinar a contratação.

11.3. Havendo ou não interposição de recurso, a homologação é atribuição da autoridade competente do Tribunal.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, o Tribunal convocará o licitante vencedor para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas na Ata, nos termos do Decreto Estadual nº 44.787, de 18 de abril de 2008.

12.2. Se o adjudicatário não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação pelo Tribunal, caducará o seu direito à contratação.

12.3. A proposta do licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver o Tribunal conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

12.4. Após a publicação da Ata do Registro de Preços do Tribunal de Justiça de Minas Gerais no Diário do Judiciário Eletrônico, poderá ser emitido Termo de Contrato dentro do prazo de validade do registro.

12.5. A Ata de Registro de Preços não obriga o Tribunal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

12.6. O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando o Tribunal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preços, e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

12.7. O Tribunal avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente eventuais variações nos preços registrados.

12.8. Os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, apurados trimestralmente pelo Tribunal, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, com vistas a manter o mesmo equilíbrio econômico-financeiro.

12.9. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas no Diário do Judiciário Eletrônico – DJE.

12.10. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, o Tribunal negociará com o fornecedor sua redução.

12.11. Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado, uma vez frustrada a negociação, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar o contrato ou documento equivalente, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, entre outros, com vistas a justificar a impossibilidade de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços.

12.12. Ocorrendo o cancelamento previsto neste Item, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.

12.13. Cancelados os registros, nos termos previstos neste Item, o Tribunal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando a igual oportunidade de negociação.

12.14. Não havendo êxito nas negociações, o Tribunal procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.



12.15. Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura da Ata.

13. DA CONTRATAÇÃO

13.1. Para fins de contratação, o adjudicatário deverá comprovar as condições de habilitação consignadas neste Edital por meio de documentos originais, os quais deverão ser enviados no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da solicitação, podendo ser prorrogado a critério do pregoeiro.

13.2. Após a homologação da presente licitação, o licitante vencedor será convocado pela DIRSEP para assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, na forma prevista em anexo, nesta Diretoria, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da convocação, podendo esse prazo ser prorrogado, uma vez, por igual período, desde que formalmente solicitado e justificado durante o seu transcurso, mediante aprovação do Tribunal.

13.3. Quando o licitante vencedor não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, ou recusar-se a assiná-lo ou a retirar o instrumento equivalente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação para, feita a negociação e comprovados os requisitos de habilitação, assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.4. O Contrato ou instrumento equivalente a ser firmado com o licitante vencedor incluirá as condições estabelecidas neste edital e em seus anexos, além de outras fixadas na proposta vencedora e necessárias à fiel execução do objeto licitado, conforme minuta em anexo.

13.5. A CONTRATADA não poderá caucionar ou utilizar o Contrato com o Tribunal para qualquer espécie de operação financeira.

13.6. Os prazos, a forma de pagamento, de recebimento do objeto e, quando for o caso, os critérios de reajustes dos preços, são os previstos em anexo.

14. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

14.1. Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data de realização da sessão pública do pregão, qualquer pessoa, inclusive licitante, poderá solicitar esclarecimentos, ou impugnar o ato convocatório do pregão mediante petição, dirigida à GECOMP, devendo protocolizá-la na Rua Timbiras nº 1.802 - Centro, Belo Horizonte/MG, observado o horário de funcionamento do Tribunal.

14.1.1. Caberá à **Gerência de Compras de Bens e Serviços – GECOMP** decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contados da sua protocolização, apoiado pelo setor técnico responsável pela elaboração do edital ou pelo órgão jurídico, conforme o caso.

14.1.2. Os pedidos de esclarecimentos, obedecido o prazo previsto neste Edital, deverão ser encaminhados à GECOMP/COALI pelo e-mail gecomp.coali@tjmg.jus.br ou pelo fax (31) 3224.2816.

14.1.3. Quaisquer outras informações poderão ser obtidas através dos telefones (31) 3249.8033 e (31) 3249.8034.

14.1.4. As respostas a esclarecimentos, impugnações, recursos e a comunicação dos demais atos serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.tjmg.jus.br, por meio do link “Licitações”, para conhecimento dos interessados, cabendo a estes acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

15. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

15.1. Garantidos o contraditório e a ampla defesa, poderá ser aplicada sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, a qual será registrada no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública do Estado de Minas Gerais – CAFIMP, por período de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Tribunal, sem prejuízo da multa prevista neste Edital, àquele licitante que:

- a) Apresentar documentação falsa;
- b) Deixar de apresentar documentação exigida para o certame;



- c) Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- d) Não manter a proposta;
- e) Convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato ou documento equivalente;
- f) Comportar-se de modo inidôneo; ou
- g) Cometer fraude fiscal.

15.2. Configurada quaisquer das hipóteses do item anterior, o licitante estará sujeito à multa de até 20% (vinte por cento) do valor adjudicado e, se não ocorrer a adjudicação, a multa incidirá sobre o valor estimado para a contratação.

15.3. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de desconto nos créditos eventualmente existentes junto à Administração, ou cobrança judicial.

15.4. As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo.

15.5. Pelo descumprimento, total ou parcial, da execução do objeto desta licitação, o licitante estará sujeito à aplicação das sanções previstas na minuta de contrato, anexo deste edital.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As informações relativas à sessão pública constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

16.2. É facultado ao Pregoeiro, no interesse da Administração:

- a) em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;
- b) solicitar aos setores competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar suas decisões;
- c) sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados na proposta e na documentação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

16.3. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta ou dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá suspender o pregão e marcar nova data para sua continuidade, intimando todos os participantes.

16.4. A presente licitação poderá ser revogada, por motivo de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e que justifique tal conduta, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros ou do próprio pregoeiro, mediante decisão escrita e fundamentada, de acordo com o art. 17 do Decreto Estadual nº 44.786/2008.

16.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

16.6. Suspenso o expediente no Tribunal nas datas previstas, estas ficam automaticamente prorrogadas para o mesmo horário do primeiro dia útil de expediente.

16.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.8. São partes integrantes e inseparáveis do presente Edital:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – (modelo) de Relatório de Serviço
- Anexo III – (modelo) de Relatório de Vistoria Preliminar
- Anexo IV – (modelo) “Declaração de Menores”
- Anexo V – (modelo) Proposta Comercial Readequada
- Anexo VI – Minuta de Ata de Registro de Preços
- Anexo VII – Minuta de Contrato

16.9. Cópia deste Edital e informações sobre o andamento desta licitação estarão à disposição dos interessados no sítio www.tjmg.jus.br ou na **Rua dos Timbiras, nº 1.802 - Centro, Belo Horizonte/MG.**

16.9.1. A entrega da documentação do licitante deverá ser realizada no endereço supracitado.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

16.10. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Belo Horizonte, 23 de maio de 2013.

TJ 4060-0

Henrique Esteves Campolina Silva
Gerente de Compra de Bens e Serviços



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Parte integrante e inseparável da Licitação nº 051/2013

1. SETOR REQUISITANTE:

GEMAP - Gerência de Manutenção, Instalações Prediais e Controle do Patrimônio Imobiliário.

2. OBJETO:

Registro de preços para futuro e eventual fornecimento com instalação e serviço de manutenção de persianas verticais nos prédios do TJMG, localizados na capital e no interior do Estado de Minas Gerais, conforme tabela abaixo:

Lote	Objeto	Quantidades	
		Fornecimento e instalação	Manutenção corretiva integral
01	Fornecimento, instalação e manutenção de persianas verticais nos prédios do TJMG, localizados nas cidades de Abaeté, Araguari, Araxá, Arcos, Bambuí, Bom Despacho, Bom Sucesso, Bonfim, Brumadinho, Campina Verde, Campo Belo, Campos Altos, Canápolis, Candeias, Capinópolis, Carmo da Mata, Carmo do Cajuru, Carmo do Paranaíba, Carmópolis de Minas, Carneirinho, Cláudio, Conceição das Alagoas, Conquista, Coromandel, Divinópolis, Dolores do Indaiá, Estrela do Sul, Formiga, Fronteira, Frutal, Ibiá, Iguatama, Itapajipe, Itapeçerica, Itaúna, Ituiutaba, Iturama, Juatuba, Lagoa da Prata, Luz, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Morada Nova de Minas, Nova Ponte, Nova Serrana, Oliveira, Pains, Papagaios, Pará de Minas, Passa-Tempo, Patos de Minas, Patrocínio, Perdizes, Pitangui, Pompéu, Prata, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Sacramento, Santa Vitória, Santo Antônio do Amparo, Santo Antônio do Monte, São Gonçalo do Abaeté, São Gonçalo do Pará, São Gotardo, Tiros, Tupaciguara, Uberaba e Uberlândia conforme especificações técnicas.	2.000,00m ²	500,00m ²
02	Fornecimento, instalação e manutenção de persianas verticais nos prédios do TJMG, localizados nas cidades de Água Boa, Arinos, Bocaiúva, Bonfinópolis de Minas, Brasília de Minas, Buenópolis, Buritis, Capelinha, Conceição do Mato Dentro, Coração de Jesus, Corinto, Curvelo, Diamantina, Espinosa, Francisco Sá, Grão-Mogol, Itamarandiba, Jaíba, Janaúba, Januária, João Pinheiro, Manga, Mato Verde, Minas Novas, Mirabela, Montalvânia, Monte Azul, Montes Claros, Paracatu, Paraopeba, Pirapora, Porteirinha, Rio Pardo de Minas, Rio Vermelho, Sabinópolis, Salinas, São Francisco, São João da Ponte, São João do Paraíso, São Romão, Serro, Sete Lagoas, Taiobeiras, Três Marias, Turmalina, Unaí, Várzea da Palma e Vazante conforme especificações técnicas.	800,00m ²	160,00m ²



Lote	Objeto	Quantidades	
03	Fornecimento, instalação e manutenção de persianas verticais nos prédios do TJMG, localizados nas cidades de Águas Formosas, Abre-Campo, Açucena, Aimorés, Almenara, Alvinópolis, Araçuaí, Barão de Cocais, Belo Oriente, Bom Jesus do Galho, Carangola, Caratinga, Carlos Chagas, Conselheiro Pena, Coroaci, Coronel Fabriciano, Divino, Espera Feliz, Ferros, Galiléia, Governador Valadares, Guanhães, Inhapim, Ipanema, Ipatinga, Itabira, Itabirinha de Mantena, Itambacuri, Itanhomi, Itaobim, Jacinto, Jequeri, Jequitinhonha, Joaíma, João Monlevade, Lajinha, Malacacheta, Manhuaçu, Manhumirim, Mantena, Medina, Mesquita, Mutum, Nanuque, Nova Era, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Peçanha, Pedra Azul, Raul Soares, Resplendor, Rio Casca, Rio Piracicaba, Rubim, Santa Bárbara, Santa Maria de Itabira, Santa Maria do Suaçuí, São Domingos do Prata, São João Evangelista, Tarumirim, Teófilo Otôni, Timóteo e Virginópolis conforme especificações técnicas.	1.200,00m ²	300,00m ²
04	Fornecimento, instalação e manutenção de persianas verticais nos prédios do TJMG, localizados nas cidades de Cataguases, Além Paraíba, Alto Rio Doce, Andrelândia, Barbacena, Barroso, Bicas, Carandaí, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Entre-Rios de Minas, Ervália, Eugenópolis, Guarani, Itabirito, Juiz de Fora, Lagoa Dourada, Leopoldina, Lima Duarte, Mar de Espanha, Mariana, Matias Barbosa, Mercês, Miradouro, Mirai, Muriaé, Ouro Branco, Ouro Preto, Palma, Piranga, Pirapetinga, Ponte Nova, Prados, Resende Costa, Rio Novo, Rio Pomba, Rio Preto, Santos Dumont, São João del-Rei, São João Nepomuceno, Senador Firmino, Teixeiras, Tocantins, Tombos, Ubá, Viçosa e Visconde do Rio Branco conforme especificações técnicas.	2.000,00m ²	500,00m ²
05	Fornecimento, instalação e manutenção de persianas verticais nos prédios do TJMG, localizados nas cidades de Aiuruoca, Alfenas, Alpinópolis, Andradas, Areado, Baependi, Boa Esperança, Borda da Mata, Botelhos, Brazópolis, Bueno Brandão, Cabo Verde, Cachoeira de Minas, Caldas, Camanducaia, Cambuí, Cambuquira, Campanha, Campestre, Campos Gerais, Carmo de Minas, Carmo do Rio Claro, Cássia, Caxambu, Conceição do Rio Verde, Cristina, Cruzília, Elói Mendes, Extrema, Guapé, Guaranésia, Guaxupé, Ibiraci, Itajubá, Itamoji, Itamonte, Itanhandu, Itumirim, Jacuí, Jacutinga, Lambari, Lavras, Machado, Monte Belo, Monte Santo de Minas, Monte Sião, Muzambinho, Natércia, Nepomuceno, Nova Resende, Ouro Fino, Paraguaçu, Paraisópolis, Passa-Quatro, Passos, Pedralva, Perdões, Piumhi, Poço Fundo, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Pratápolis, Santa Rita de Caldas, Santa Rita do Sapucaí, São Gonçalo do Sapucaí, São Lourenço, São Roque de Minas, São Sebastião do Paraíso, São Tomás de Aquino, Silvianópolis, Três Corações, Três Pontas e Varginha conforme especificações técnicas.	1.500,00m ²	500,00m ²
06	Fornecimento, instalação e manutenção de persianas verticais nos prédios do TJMG, localizados nas cidades de Belo Horizonte, Belo Vale, Betim, Brumadinho, Caeté, Contagem, Esmeraldas, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Jaboticatubas, Lagoa Santa, Martinho Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, Vespasiano, conforme especificações técnicas.	2.000,00m ²	800,00m ²



3. DOS CUSTOS

O valor global proposto deverá considerar todas as despesas necessárias à entrega do objeto, como tributos, encargos sociais, frete, seguros, cargas e descargas até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo exclusivamente do licitante vencedor.

4. JUSTIFICATIVA:

O motivo desta contratação é atender de forma legal e planejada às diversas solicitações de aquisição e instalação, bem como de serviço de manutenção de persianas nos prédios ocupados pelo TJMG. Este procedimento evita o constante uso do instrumento de dispensa de licitação, conferindo mais agilidade no atendimento aos desembargadores, juízes e serventuários instalados nas diversas edificações do TJMG, localizadas na capital e interior do estado.

A finalidade do objeto da contratação, persianas, é bloquear a excessiva incidência de raios solares, evitando desgaste prematuro de móveis e equipamentos, bem como proporcionar uma redução na temperatura ambiente, contribuindo para um maior conforto térmico nas salas de trabalho.

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

Persianas verticais com lâminas de 9 cm, em tecido resinado, contendo em sua fórmula no mínimo 30% (trinta por cento) de látex/PVC, na cor bege, referência “Nápole”. Engrenagens internas e carrinhos em poliacetal resistente, sendo seu recolhimento executado por cordas em poliéster e trilho em perfil 100% (cem por cento) alumínio anodizado.

Nota: A especificação técnica é a mesma para as persianas nas quais será feita a manutenção.

6. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

6.1. A critério do pregoeiro poderão ser solicitadas amostras dos itens cotados ao licitante detentor da melhor proposta, as quais serão submetidas a análises pela GEMAP – Gerência de manutenção Predial.

6.2. Durante a sessão pública, o pregoeiro divulgará no *chat*:

- a) instruções a respeito do prazo e local de entrega das amostras;
- b) data e local de realização das análises das amostras apresentadas que poderão ser acompanhadas por representante de cada licitante.

6.3. A não apresentação das amostras, conforme definido na alínea anterior, ensejará a desclassificação da respectiva proposta.

6.4. Na apresentação das amostras, o licitante poderá montar um modelo em escala reduzida (protótipo), contendo todos os itens descritos nas especificações técnicas.

7. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Será adotado o *metro quadrado* (m²) como unidade de medida para os fornecimentos, as instalações e as manutenções.

7.2. Os quantitativos e datas de fornecimento, instalação e manutenção serão previamente informados através de ordens de serviço emitidas pela GEMAP durante toda a vigência do contrato.

7.3. O prazo para entrega, instalação e manutenção das persianas independe da distância entre a capital e o local de execução dos serviços.

7.4. Caso haja necessidade de entrada e/ou permanência de pessoal em salas de trabalho vazias, durante o dia ou à noite, o TJMG manterá no local um funcionário portador das chaves que permanecerá durante todo o tempo acompanhando os serviços.

7.5. Após a devida execução das instalações ou das manutenções solicitadas em cada “ordem de serviço”, deverá ser lavrado “Relatório de serviço”, individualizado por edificação, a ser anexado às notas fiscais, conforme o modelo constante no Anexo II.

8. LOCAIS E HORÁRIOS



8.1. Os endereços dos locais de entrega e execução dos serviços encontram-se disponíveis no sítio eletrônico do TJMG na internet no endereço <http://www.tjmg.jus.br>.

8.2. As entregas e instalações, bem como os serviços de manutenção deverão ser realizados em dias úteis, de 08:00 às 18:00 (preferencialmente de 8:00 às 12:00h).

8.3. Eventualmente, de acordo com necessidade do TJMG, os serviços de instalação de persianas, bem como os serviços de manutenção poderão ser realizados em fins de semana ou feriados, ou, ainda, fora do horário de expediente, incluindo o período noturno.

9. PRAZOS

9.1. Vigência da Ata de Registro de Preços: 01 (um) ano, contado de sua assinatura.

9.2. A partir da emissão da Ordem de Serviço (OS) por parte do TJMG, a CONTRATADA terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para realizar a “Vistoria Preliminar à Execução” e encaminhar o “Relatório de Vistoria Preliminar” ao TJMG, conforme constante no Anexo III.

9.3. Após a aprovação do “Relatório de Vistoria Preliminar” por parte do TJMG, o prazo de entrega e instalação das persianas, bem como o serviço de manutenção solicitados na Ordem de Serviços (OS) será de até 10 (dez) dias úteis;

9.3.1. Nos casos de solicitação de área acima de 20m², o prazo de entrega e instalação poderá ser redefinido pelo Gestor do Contrato conjuntamente à Contratada, nunca excedendo 30 (trinta) dias corridos;

9.3.2. Os prazos serão contados a partir do recebimento das Ordens de Serviços (OS), a serem encaminhadas pela GEMAP;

9.3.3. Eventualmente os prazos poderão sofrer alterações, a critério exclusivo de interesse da Administração, em adequação à atividade jurisdicional desempenhada no local;

9.3.4. O **prazo de garantia do fornecimento e instalação** deverá ser de, no **mínimo, 01 (um) ano**, e o **prazo de garantia do serviço de manutenção** deverá ser de, no **mínimo, 03 (três) meses**, contado da data da emissão da Nota Fiscal em nome do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais;

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar os serviços de instalação e/ou manutenção rigorosamente, a fim de que os preceitos legais e técnicos sejam adequadamente cumpridos.

10.2. Empregar mão-de-obra devidamente qualificada e experiente para a execução dos serviços e utilizar ferramentas adequadas a cada tipo de tarefa.

10.3. Apresentar, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, lista constando os nomes e identidades de todos os funcionários que irão trabalhar no prédio, como condição para liberação da entrada no TJMG.

10.4. Submeter à aprovação da fiscalização do TJMG todos os tipos de materiais a serem adquiridos, sendo que este poderá exigir o certificado de conformidade do INMETRO ou equivalente dos materiais a serem instalados.

10.5. Somente realizar fornecimentos/instalações ou manutenções após a emissão de ordens de serviços pela GEMAP.

10.6. Responsabilizar-se pelo deslocamento das equipes de instalação/manutenção e do transporte de materiais e equipamentos até as edificações, e destas para outros locais.

10.7. Prover os profissionais da equipe de manutenção de uniforme com a identificação da CONTRATADA e crachá, também da mesma, sem os quais não será permitida a entrada e permanência nas edificações.

11. OBRIGAÇÕES DO TRIBUNAL

11.1. Permitir à equipe técnica da CONTRATADA, devidamente identificada, acesso aos locais para devida instalação/manutenção das persianas, objeto do contrato, durante o expediente normal de trabalho e, fora do mesmo e/ou nos finais de semana e feriados, com autorização prévia das respectivas Administrações.

11.2. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.



- 11.3.** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA relativos ao objeto deste.
- 11.4.** Rejeitar a execução do objeto contratado efetivado em desacordo com as especificações estabelecidas neste, justificando as razões da recusa.
- 11.5.** Exigir substituição de qualquer profissional, desde que verificada a sua incompetência para execução das tarefas, bem como hábitos nocivos à boa administração dos serviços.
- 11.6.** Manter funcionário portador das chaves, que acompanhará durante todo o tempo os serviços, caso haja necessidade de entrada e/ou permanência de pessoal da CONTRADA em salas de trabalho vazias, durante o dia ou à noite.
- 11.7.** Notificar a CONTRADA, fixando-lhe prazo para corrigir as irregularidades encontradas na execução dos serviços.



ANEXO II – (MODELO) RELATÓRIO DE SERVIÇO

RELATÓRIO DE SERVIÇO	
Contrato nº: XXX/201X	Data: XX/XX/XX
Contratada: XXXXX	Objeto: fornecimento, instalação e manutenção de persianas para diversos prédios do TJMG.
Ordem de serviço nº: XXXX	Edificação: XXXX
Serviços executados:	
Atesto que os serviços acima descritos foram integralmente executados.	
Data: XX/XX/XX	
Nome legível e assinatura de servidor ou representante do TJMG	
Nome legível e assinatura do técnico executor do serviço.	Nome legível e assinatura do responsável técnico da contratada.



ANEXO III – (MODELO) RELATÓRIO DE VISTORIA PRELIMINAR

Contrato xxxx

Fornecimento, instalação e manutenção de persianas para diversos prédios do TJMG

Relatório de Vistoria Preliminar

Edificação/ Setor:

Número da Ordem de Serviço:

Data:/...../.....

Nº	Local (Número da sala e andar)	Qte.	Largura (m)	Altura (m)	m²
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
Área Total:					
OBSERVAÇÕES:					

Nome Legível e assinatura do responsável pelo setor do TJMG

Nome Legível e assinatura do responsável pela contratada



ANEXO IV - (MODELO) “DECLARAÇÃO DE MENORES”

(Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal)

PESSOA JURÍDICA

(Licitação nº 051/2013)

_____(inserir a razão social), inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr (a). _____(nome do representante), portador(a) do Documento de Identidade nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei a situação regular no que se refere à observância das vedações estabelecidas no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República.

_____, ____ de _____ de 2013.

Assinatura do responsável pela empresa
Nome do responsável pela empresa

PESSOA FÍSICA

(Licitação nº 051/2013)

_____(nome do licitante), portador(a) da Documento de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, a situação regular no que se refere à observância das vedações estabelecidas no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República.

_____, ____ de _____ de 2013.

Assinatura do responsável
Nome do responsável



ANEXO V - (MODELO) PROPOSTA COMERCIAL READEQUADA

Pregão nº: 051/2013

Objeto: Registro de preços para futuro e eventual fornecimento, com instalação e serviço de manutenção, de persianas verticais nos prédios do TJMG localizados na capital e no interior do Estado de Minas Gerais, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência e demais anexos, partes integrantes e inseparáveis deste Edital. Ata de Registro de Preços 019/2013.

Razão Social:		
CNPJ:	CRC:	
Endereço (Logradouro, número, Bairro, Cidade, UF, CEP):		
Telefone:	Fax:	E-mail:
Banco:	Nome e nº da agência:	Conta Bancária:

LOTE XX	Objeto	Quant m ²	Valor unitário m ² (COM ICMS)	Valor total (COM ICMS)	Valor unitário m ² (SEM ICMS)*	Valor total (SEM ICMS)*
	Fornecimento e instalação					
		Quant m ²	Valor unitário m ²	Valor total		
	Manutenção preventiva e corretiva integral					
	Valor total do lote XX: R\$					

- (*) Somente para fornecedores mineiros (Resolução Conjunta SEF/SEPLAG nº 3.458/2003).
- Prazo de validade da proposta: no mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão pública.
- Estão inclusos nos valores propostos todas as condições para execução do objeto.

Local e data.

Assinatura do responsável pela empresa
Nome do responsável pela empresa



ANEXO VI – (MINUTA) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 019/2013

PROCESSO Nº 0484/2013

LICITAÇÃO Nº 051/2013 - Pregão Eletrônico

VALIDADE: até XX/XX/XXXX

Aos dias do mês de de 20XX, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº 1420 e Rua Goiás nº 229, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 21.154.554/0001-13, nos termos do estabelecido pela Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, pelas Leis Estaduais nº 13.994, de 18.09.2001, nº 14.167, de 10.01.2002, pelos Decretos Estaduais nº 44.786 e nº 44.787, ambos de 18.04.2008, nº 45.902, de 28.01.2012, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.1993 e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES, a seguir denominado **TRIBUNAL**, resolve registrar os preços da empresa abaixo identificada, a seguir denominada simplesmente **FORNECEDOR**, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

FORNECEDOR:

LOTE XX - , com sede na , em , inscrita no CNPJ/MF sob o nº , neste ato representada por seu , Sr(a). , residente em , portador da Carteira de Identidade nº , CPF nº ;

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. Registro de Preços para futuro e eventual **fornecimento, com instalação e serviço de manutenção, de persianas verticais nos prédios do TJMG**, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência e anexos, partes integrantes e inseparáveis deste Edital e proposta da Contratada apresentada à **Licitação 051/2013 - Pregão Eletrônico**.

1.1. Este instrumento não obriga o TRIBUNAL a adquirir o objeto nele registrado nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

DOS PREÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA. Os quantitativos, marcas, preços e fornecedor registrado encontram-se relacionados no **Anexo I desta Ata**.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA. A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA. O gerenciamento deste instrumento caberá à **Gerência de Compra de Bens e Serviços – GECOMP**, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.



DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

CLÁUSULA QUINTA. O TRIBUNAL fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar Termo de Contrato.

5.1. Se o fornecedor recusar-se a assinar o Termo de Contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

5.2. O prazo de garantia do fornecimento e instalação deverá ser de, no mínimo, 01 (um) ano, e o prazo de garantia do serviço de manutenção deverá ser de, no mínimo, 03 (três) meses, contado da data da emissão da Nota Fiscal em nome do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO

CLÁUSULA SEXTA. A partir da emissão da Ordem de Serviço (OS) por parte do TJMG, a CONTRATADA terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para realizar a “Vistoria Preliminar à Execução” e encaminhar o “Relatório de Vistoria Preliminar” ao TJMG.

6.1. Após a aprovação do “Relatório de Vistoria Preliminar” por parte do TJMG, o prazo de entrega e instalação das persianas, bem como o serviço de manutenção solicitados na Ordem de Serviços (OS) será de até 10 (dez) dias úteis;

6.1.1. Nos casos de solicitação de área acima de 20m², o prazo de entrega e instalação poderá ser redefinido pelo Gestor do Contrato conjuntamente à Contratada, nunca excedendo 30 (trinta) dias corridos;

6.1.2. Os prazos serão contados a partir do recebimento das Ordens de Serviços (OS), a serem encaminhadas pela **GEMAP**;

6.1.3. Eventualmente os prazos poderão sofrer alterações, a critério exclusivo de interesse da Administração, em adequação à atividade jurisdicional desempenhada no local;

6.2. Local e horário para entrega: Os materiais deverão ser entregues nos endereços dos locais de execução dos serviços, que encontram-se disponíveis no sítio eletrônico do TJMG na internet no endereço <http://www.tjmg.jus.br>, das 08h às 18h (preferencialmente de 8h às 12h).

6.2.1. O fornecedor deverá agendar as entregas dos materiais na GEMAP, através do telefone (31)3237.6313, sob pena de não recebimento imediato das mercadorias na chegada das mesmas aos locais de execução dos serviços.

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

CLÁUSULA SÉTIMA. Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso I e II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

7.1. O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

7.1.1. O recebimento provisório dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a)** materiais devidamente embalados, acondicionados e identificados;
- b)** quantidades dos materiais em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;
- c)** no prazo, local e horário de entrega previstos neste Edital;
- d)** de acordo com as especificações técnicas e amostras apresentadas e aprovadas.

7.1.2. O recebimento definitivo dos bens dar-se-á após:

- a)** verificação física para constatar a integridade dos mesmos;
- b)** verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital, estando as amostras aprovadas.

7.2. Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidores da Gerência de Manutenção, Instalações Prediais e Controle do Patrimônio Imobiliário - GEMAP.

7.3. Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 08 (oito) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.



7.4. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA OITAVA. Constituem obrigações:

8.1. DO TRIBUNAL:

8.1.1. Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado;

8.1.2. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais;

8.1.3. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata;

8.1.4. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;

8.2. DO FORNECEDOR:

8.2.1. Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes do Termo de Contrato, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata;

8.2.2. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

8.2.3. Substituir, no prazo de 08 (oito) dias úteis e sem ônus para o TRIBUNAL os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis;

8.2.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRIBUNAL, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao TRIBUNAL, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do Termo de Contrato;

8.2.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.2.6. A Ata poderá sofrer alterações quantitativas, obedecidas as disposições do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 e no art. 17 do Decreto Estadual nº 44.787/2008;

8.2.7. Comunicar imediatamente ao TRIBUNAL qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

8.2.8. Indenizar terceiros e/ou o TRIBUNAL, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.2.9. Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;

8.2.10. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA. O TRIBUNAL pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará do Termo de Contrato e da Nota de Empenho, após medição mensal.

9.1. No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

9.2. Para cada solicitação, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e conseqüentemente lançado nesta Ata.

9.3. O fornecedor apresentará a Nota Fiscal na Gerência de Manutenção, Instalações Prediais e Controle do Patrimônio Imobiliário - GEMAP, acompanhada dos originais das certidões de



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

9.4. O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor até o 5º dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal.

9.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, o TRIBUNAL comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

9.5.1. Na hipótese prevista no subitem 9.5, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

9.6. O TRIBUNAL se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

9.7. Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com especificações que integram esta Ata.

9.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRIBUNAL, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da contratada, e calculados, “*pro rata tempore*”, por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA. O preço registrado se manterá fixo e irrevogável durante a vigência da ata, ressalvadas as hipóteses contidas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 e no art. 15 do Decreto Estadual nº 44.787 de 18.04.2008, desde que devidamente comprovadas mediante planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes.

10.1. O pedido de alteração de preços deverá vir acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos:

- a) nota fiscal que comprove o novo preço praticado pelo fornecedor no período solicitado;
- b) planilha detalhada referente ao quantitativo solicitado.

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

11.1. Pelo TRIBUNAL:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo TRIBUNAL.

11.2. Pelo Fornecedor:

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, que venha a comprometer a perfeita execução das obrigações firmadas nesta Ata, devidamente comprovado.



11.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no “Diário do Judiciário Eletrônico”, por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo TRIBUNAL, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

11.6. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/1993, o TRIBUNAL adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Pela inexecução total ou parcial da Ata ou do Termo de Contrato, garantidos a ampla defesa e o contraditório, o fornecedor ficará sujeito às seguintes sanções:

- a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa, observados os limites, fixados na minuta de contrato;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do inciso do II do art. 38 do Decreto Estadual nº 45.902/2012 e demais disposições correlatas, pelo prazo de 02 (dois) anos;
- d) descredenciamento do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais.

12.1. A recusa injustificada do beneficiário da Ata em assinar e/ou Termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no Edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

12.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

12.3. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.

DA TROCA DE MARCA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O procedimento para troca da marca inicialmente registrada dar-se-á mediante solicitação formal do fornecedor juntamente com apresentação de amostra da marca pretendida.

13.1. A solicitação deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) comprovação das condições técnicas da marca pretendida com as exigências em que se realizou o registro de preços;
- b) apresentação de nota fiscal que comprove o preço praticado no mercado da nova marca pretendida.

13.2. A equipe técnica do TRIBUNAL terá o prazo de 20 (vinte) dias para responder a solicitação do fornecedor para troca de marca.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços;
- b) é vedado caucionar ou utilizar o Termo de Contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

14.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização do TRIBUNAL, através da Gerência de Compra de Bens e Serviços – GECOMP.

14.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.3. As aquisições adicionais de que trata o subitem 14.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

14.4. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.

E, por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

Belo Horizonte, xx de xxxxxxxxxxxx de 2013.

Pelo TRIBUNAL:

JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES
Desembargador Presidente

Pelo Fornecedor: XX

Testemunhas:



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

ANEXO I - DA ATA - QUANTITATIVOS, MARCAS, PREÇOS E FORNECEDOR (a que se refere a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços 019/2013)

LOTE	QUANT. REGISTRADA	UNID.	ESPECIFICAÇÕES	MARCA/MODELO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	FORNECEDOR



ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

GECONT/CONTRAT
Ct. XXX/2013

CONTRATO

de fornecimento, instalação e manutenção de persianas verticais nos prédios do TRIBUNAL, que entre si estabelecem o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, Contratante, e a empresa **XXXXXX**, Contratada.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte, na Av. Afonso Pena nº. 1420 e Rua Goiás nº. 229, CNPJ nº 21.154.554/0001-13, doravante denominado **TRIBUNAL**, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES, e a empresa **XXXXXXXXXX**, com sede em XXXXXX/XX, na Rua XXXXXX nº. XXXX, Bairro XXXXX, CNPJ nº XXXXXX/XXXXXX doravante denominada **CONTRATADA**, representada por seu XXX, Sr. XXXXXXXX, CPF nº. XXXXXXXXXXXXX, celebram o presente contrato, decorrente do **Processo nº. 484/2013 - Licitação nº. 051/2013 - Pregão Eletrônico**, regidos pela Lei Federal nº. 10.520/2002, pelas Leis Estaduais nº. 13.994/2001 e nº. 14.167/2002, pelos Decretos Estaduais nº. 44.630/2007, nº. 44.786/2008, nº. 44.787/2008, e nº. 45.902/2012, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666/93 e pelas cláusulas deste.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto do presente contrato é o fornecimento, instalação e manutenção de persianas verticais nos prédios do TRIBUNAL, localizados na capital e no interior do Estado de Minas Gerais descritos no **Anexo I** deste Contrato, conforme proposta da CONTRATADA, partes integrantes e inseparáveis deste instrumento.

1.1. As persianas deverão atender às seguintes especificações técnicas:

- a) Persianas verticais com lâminas de 9 cm, em tecido resinado, contendo em sua fórmula no mínimo 30% (trinta por cento) de látex/PVC;
- b) Cor bege, referência “Nápole”;
- c) Engrenagens internas e carrinhos em poliacetal resistente, sendo seu recolhimento executado por cordas em poliéster e trilho em perfil 100% (cem por cento) alumínio anodizado.

1.2. A especificação técnica é a mesma para as persianas nas quais será feita a manutenção.

1.3. Os endereços dos locais de entrega e execução dos serviços encontram-se disponíveis no sítio eletrônico do TRIBUNAL na internet no endereço: <http://www.tjmg.jus.br>.

DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA: Observado o disposto no art. 67 da Lei Federal nº. 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização dos serviços objeto deste Contrato serão geridos pelo servidor efetivo ocupante do cargo de gerente da **Gerência de Manutenção, Instalação Predial e Controle do Patrimônio Imobiliário - GEMAP**, vinculada à **Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial - DENGEP**, que promoverá a aferição qualitativa e quantitativa do fornecimento.

2.1. A administração e fiscalização pelo TRIBUNAL não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo cumprimento das obrigações decorrentes deste instrumento.



2.2. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela prestação de serviços, o TRIBUNAL se reserva o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por preposto designados, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade.

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA: As entregas e instalações, bem como o serviço de manutenção deverão ser realizados nos dias úteis de 08:00 às 18:00 horas (preferencialmente de 08:00 às 12:00h).

3.1. Será adotado o Metro Quadrado (m²) como unidade de medida para os fornecimentos e instalações, bem como para as manutenções preventivas e corretivas.

3.2. Nas manutenções deverão estar previstas a reconstituição ou substituição de peças e acessórios.

3.3. Os quantitativos e datas de fornecimento, instalação e manutenção serão previamente informados por meio de ordens de serviço emitidas pela GEMAP durante toda a vigência deste contrato.

3.4. O prazo para entrega, instalação e manutenção das persianas independe da distância entre a capital e o local de execução dos serviços.

3.5. Todas as persianas a serem fornecidas ou peças utilizadas nos procedimentos de manutenção deverão ser novas.

3.6. Os serviços de manutenção deverão ser realizados, preferencialmente, nas próprias edificações, devendo a CONTRATADA possuir os recursos técnicos apropriados.

3.7. Caso haja necessidade de entrada e/ou permanência de pessoal em salas de trabalho vazias, durante o dia ou à noite, o TRIBUNAL manterá no local um funcionário portador das chaves que permanecerá durante todo o tempo acompanhando os serviços.

3.8. A instalação deverá ocorrer com esmero, sem deixar furos na alvenaria, trilhos alinhados com as esquadrias, ausência de obstáculos à sua abertura e fechamento, deixando livre o acesso aos mecanismos de ajuste de posição das persianas.

3.9. É vedado o armazenamento de persianas no prédio do TRIBUNAL, exceto a quantidade adequada para utilização no mesmo dia.

3.10. Os serviços devem ser executados de maneira a evitar a propagação excessiva de barulho, poeira e situações prejudiciais ao desenvolvimento normal das atividades.

3.11. Os móveis na região imediata das furações devem ser protegidos para prevenir danos, com o uso de lona ou tecido adequado.

3.12. A CONTRATADA deverá providenciar a execução dos serviços corretivos, que engloba a substituição de peças e/ou reposição por peças originais nos termos previstos na garantia.

3.13. Após a devida execução das instalações ou das manutenções solicitadas em cada “ordem de serviço”, deverá ser lavrado “Relatório de serviço”, individualizado por edificação, a ser anexado às notas fiscais, conforme o modelo constante no Anexo II do **Edital de Licitação nº. 051/2013 – Pregão Eletrônico**.

DOS PRAZOS, DA GARANTIA E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de vigência do presente contrato é de **15 (quinze) meses**, contado a partir da data de sua assinatura, nele incluídos o fornecimento, instalação, a manutenção e a cobertura da garantia, podendo ser prorrogado, por acordo entre as partes, mediante termo aditivo, observado o disposto na Lei federal nº. 8.666/93.

4.1. Para execução do objeto deste contrato deverão ser observados os seguintes prazos, contados do recebimento das ordens de serviços a serem encaminhadas pela GEMAP:

4.1.1. A partir da emissão da Ordem de Serviço (OS) por parte do TJMG, a CONTRATADA terá o prazo de até **05 (cinco) dias** úteis para realizar a “**Vistoria Preliminar à Execução**” e encaminhar o



“**Relatório de Vistoria Preliminar**” ao TJMG, conforme constante no Anexo III do Edital da Licitação nº. 051/2013.

4.1.2. Após a aprovação do “**Relatório de Vistoria Preliminar**” por parte do TJMG, o prazo de entrega e instalação das persianas, bem como o serviço de manutenção solicitados na Ordem de Serviços (OS) será de até **10 (dez) dias** úteis;

4.1.3. Nos casos de solicitação de área acima de 20m², o prazo de entrega e instalação poderá ser redefinido pelo Gestor do Contrato conjuntamente à Contratada, nunca excedendo **30 (trinta) dias** corridos;

4.1.4. Os prazos acima serão contados a partir do recebimento das Ordens de Serviços (OS), a serem encaminhadas pela GEMAP;

4.2. Eventualmente, os prazos acima poderão sofrer alterações, a critério exclusivo de interesse da Administração, em adequação à atividade jurisdicional desempenhada no local.

4.3. O prazo de garantia do fornecimento e instalação das persianas será de **12 (doze) meses** e o prazo de garantia dos serviços de manutenção preventiva e corretiva será de **03 (três) meses**, contado da data da emissão da Nota Fiscal em nome do TRIBUNAL.

4.3.1. A garantia contemplará a substituição total ou parcial do(s) equipamento(s)/peças e (ou) conserto, sem nenhum ônus para o TRIBUNAL, incluindo-se custos de transporte;

4.3.2. O termo de garantia do produto pelo fabricante e de instalação pela empresa responsável, assinados pelos seus representantes legais deverão ser encaminhados diretamente à GEMAP.

4.4. Após assinatura do contrato será emitida Autorização de início dos serviços com prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados do recebimento da autorização e condicionado à entrega da documentação prevista no subitem **8.6** deste contrato.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA QUINTA: Constituem obrigações:

5.1. Do TRIBUNAL:

5.1.1. Permitir à equipe técnica da CONTRATADA, devidamente identificada, livre acesso aos ambientes nos quais estejam instalados ou forem instalar as persianas, objetos do contrato, para a execução de manutenção preventiva e, eventualmente, manutenção corretiva, durante o expediente normal de trabalho e, fora do mesmo e/ou nos finais de semana e feriados, com autorização prévia das respectivas Administrações.

5.1.2. Liberar se solicitado pela CONTRATADA e a exclusivo critério do TRIBUNAL, a utilização de vagas eventualmente ociosas nos estacionamentos das edificações, para abrigo exclusivo dos veículos em serviço.

5.1.3. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

5.1.4. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA relativos ao objeto deste contrato.

5.1.5. Rejeitar a execução do objeto contratado efetivado em desacordo com as especificações estabelecidas neste contrato, justificando as razões da recusa.

5.1.6. Exigir substituição de qualquer profissional, desde que verificada a sua incompetência para execução das tarefas, bem como hábitos nocivos à boa administração dos serviços.

5.1.7. Manter funcionário portador das chaves, que acompanhará durante todo o tempo os serviços, caso haja necessidade de entrada e/ou permanência de pessoal da CONTRADA em salas de trabalho vazias, durante o dia ou à noite.

5.1.8. Notificar a CONTRADA, fixando-lhe prazo para corrigir as irregularidades encontradas na execução dos serviços.

5.1.9. Aprovar ou rejeitar as faturas em, no máximo, 03 (três) dias úteis contados de sua apresentação.



5.2. Da CONTRATADA:

5.2.1. Executar os serviços de instalação e/ou manutenção rigorosamente, a fim de que os preceitos legais e técnicos sejam adequadamente cumpridos.

5.2.2. Empregar mão-de-obra devidamente qualificada e experiente para a execução dos serviços e utilizar ferramentas adequadas a cada tipo de tarefa.

5.2.3. Apresentar, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, lista constando os nomes e identidades de todos os funcionários que irão trabalhar no prédio, como condição para liberação da entrada no TRIBUNAL.

5.2.4. Submeter à aprovação da fiscalização do TRIBUNAL todos os tipos de materiais a serem adquiridos, sendo que poderá ser exigido o certificado de conformidade do INMETRO ou equivalente dos materiais a serem instalados.

5.2.5. Providenciar o descarte de materiais e componentes inservíveis de forma ambientalmente correta, separando e destinando adequadamente, sempre que possível, os recicláveis.

5.2.6. Manter em seus estoques os materiais de reposição e de consumo permanente, utilizados com maior frequência.

5.2.7. Entregar todas as persianas ou peças velhas, quebradas ou sem uso à administração da edificação para posterior recolhimento.

5.2.8. Realizar fornecimentos ou manutenções somente após a emissão de ordens de serviços pela GEMAP.

5.2.9. Responsabilizar-se pelo deslocamento das equipes de manutenção e do transporte de materiais e equipamentos até as edificações, e destas para outros locais.

5.2.10. Responsabilizar-se por todos os materiais não consumíveis, tais como, ferramental e equipamentos, necessários à execução dos serviços preventivos e corretivos, nos locais das instalações ou fora destes.

5.2.11. Responsabilizar-se pelos materiais de consumo regular, tais como, lubrificantes, materiais de limpeza e quaisquer outros materiais necessários à execução dos serviços preventivos e corretivos, além de etiquetas autoadesivas para certificação do serviço ou eventual reprovação das persianas.

5.2.12. Disponibilizar equipe de manutenção com profissionais que tenham vínculo com a CONTRATADA.

5.2.13. Providenciar equipamentos de proteção individual, ferramentas e instrumental adequados, necessários e suficientes à correta execução dos serviços e segurança dos profissionais.

5.2.13.1. O uso de equipamentos e ferramental, assim como a execução dos serviços, deverá obedecer às normas de segurança da Portaria nº 3214 do Ministério do Trabalho, de 08 de Junho de 1978, e suas revisões, responsabilizando-se a CONTRATADA pelos acidentes que eventualmente ocorrerem com seus funcionários e/ou com terceiros nas dependências da respectiva edificação, relacionados à prestação do serviço.

5.2.14. Prover os profissionais da equipe de manutenção de uniforme com a identificação da CONTRATADA e crachá, também da mesma, sem os quais não será permitida a entrada e permanência nas edificações.

5.2.15. Diligenciar para que seus empregados se apresentem aos locais de trabalho em condições adequadas de asseio e aparência, bem como tratem com urbanidade e cortesia os magistrados, funcionários e visitantes do TRIBUNAL.

5.2.16. Prestar os serviços por meio de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que as mesmas venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo o TRIBUNAL exigir a retirada daquelas cuja conduta seja julgada inconveniente.

5.2.17. Reparar, imediatamente, os danos ou avarias causados por seus empregados aos bens do TRIBUNAL ou de terceiros, localizados no interior da edificação.

5.2.18. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, devendo comunicar ao TRIBUNAL, imediatamente qualquer alteração que possa comprometer a execução do contrato.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

5.2.19. Cumprir o disposto do art.27, inciso V, da Lei Federal nº. 8.666/93.

5.2.20. Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação pátria vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto contratado.

5.2.21. Indicar o nome do representante responsável pela gestão do Contrato, informando endereço, telefone, fax e e-mail.

DO VALOR

CLÁUSULA SEXTA: O TRIBUNAL pagará à CONTRATADA pela execução dos serviços, o valor total de R\$ xxxxxxxxxxx (xxxxxxxx), conforme discriminação:

Lote	Objeto	Quant. (m²)	Valor unitário R\$	Valor total R\$
XX	Fornecimento e instalação			
	Manutenção preventiva e corretiva integral			

6.1. Estão inclusos no valor contratado:

- a) a instalação de correntes e pesos para recortes e adaptações das persianas para aparelhos de ar-condicionado de janela;
- b) todas as despesas, tributos e encargos inerentes ao custo dos serviços contratados;
- c) a reconstituição ou substituição de peças e acessórios, caso haja necessidade, no caso dos serviços de manutenção.

6.2. As despesas acima correrão à conta das seguintes Dotações Orçamentárias: R\$ XXXXXX(XXXXXXX) na Dotação Orçamentária nº. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX – XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX e R\$ XXXXXXXX (XXXXXXX) na Dotação Orçamentária nº. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX – XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

6.3. Os valores dos serviços prestados poderão ser reajustados após o decurso de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, pela variação do IPCA (IBGE) acumulada no período.

DAS MEDIÇÕES E DO PAGAMENTO

CLÁUSULA SÉTIMA: As medições serão feitas mensalmente, a partir da data prevista para o início dos serviços, devendo a CONTRATADA anexar à Nota Fiscal **relatórios de serviços**, individualizados por edificação, que deverão ser endossados, obrigatoriamente, pelo técnico executor do serviço, pelo responsável técnico da CONTRATADA e por representante do TRIBUNAL na respectiva edificação.

7.1. Os endossos de que trata o *caput* desta cláusula deverão conter nome legível e assinatura.

7.1.1. O não cumprimento, no todo ou em parte, desses requisitos implicará na retenção ou devolução da Nota Fiscal até que a(s) pendência(s) seja(m) resolvida(s).

7.2. Deverão ser faturados apenas os serviços executados nas persianas que efetivamente foram instaladas ou mantidas.

7.3. O TRIBUNAL só efetuará pagamentos após a devida medição, mediante apresentação, pela CONTRATADA, da documentação exigida para sua liberação, e se verificada a regularidade fiscal da CONTRATADA junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Trabalhista.



7.4. A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal na GEMAP, situada à Av. do Contorno, 629, 3º andar – Floresta – Belo Horizonte - MG, de acordo com as medições mensais efetuadas, nas quais se encontram englobados todos os serviços devidamente concluídos até a data da medição, contendo discriminação clara e precisa do objeto contratado e seus elementos característicos como identificação do item, especificação, quantidade e preços unitário e total, devendo estar acompanhada dos originais das Certidões/Certificado de Regularidade junto ao INSS; FGTS; Negativa de Débitos Trabalhistas (emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho) e Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União junto à Receita Federal do Brasil (válidas e regulares).

7.5. A GEMAP terá o prazo de até 3 (três) dias úteis, após o recebimento da documentação acima discriminada, para a conferência e envio da documentação fiscal da CONTRATADA à Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária – DIRFIN para pagamento, juntamente com Termo de Recebimento ou ateste no verso da Nota Fiscal.

7.6. A DIRFIN terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para efetivação do pagamento, em depósito na conta corrente da CONTRATADA, após o recebimento da documentação discriminada nesta Cláusula.

7.7. Identificando o TRIBUNAL qualquer divergência na Nota Fiscal, a devolverá à CONTRATADA para a devida regularização, sendo que o prazo estipulado no subitem **7.6.** será contado a partir da sua reapresentação com as devidas correções ou esclarecimentos.

7.8. Para fins de pagamento, a DIRFIN realizará consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública do Estado de Minas Gerais – CAFIMP.

7.9. O TRIBUNAL se reserva ao direito de descontar do pagamento os eventuais débitos da CONTRATADA, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

7.10. A devolução da fatura não aprovada pelo TRIBUNAL em nenhuma hipótese servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a prestação dos serviços.

7.11. Nenhum pagamento será efetuado estando pendente de liquidação qualquer obrigação da CONTRATADA, sem que isso implique alteração do preço proposto, correção monetária, compensação financeira ou interrupção na prestação dos serviços.

7.12. Somente serão pagos o fornecimento/serviço efetivamente prestados e de acordo com as especificações que integram este Contrato.

7.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Tribunal, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da contratada, e calculados, “*pro rata tempore*”, por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ onde **i** = taxa percentual anual no valor de 6%

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA OITAVA: Executado o serviço, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73, incisos I e II, da Lei Federal nº. 8.666/93.

8.1. O recebimento do fornecimento e da instalação do objeto do Contrato não exclui as responsabilidades civil e ético-profissional a ele relativas e dar-se-á caso satisfeitas as seguintes condições:



- a) entrega nas quantidades corretas, conforme estabelecido no Contrato;
- b) entregue e instalado no prazo, local e horário de entrega previsto neste Contrato ou determinado pelo TRIBUNAL;
- c) de acordo com as especificações técnicas e amostras apresentadas e aprovadas;
- d) atendimento a todas as reclamações referentes às falhas de execução de serviços, preventivos e corretivos, devidamente notificadas.

8.1.1. O material entregue em evidente desconformidade com as especificações exigidas será recusado no ato da entrega, sob total responsabilidade da CONTRATADA, que deverá providenciar a entrega do material adquirido dentro do prazo previsto no subitem 8.4.

8.2. O recebimento definitivo dar-se-á após a verificação:

- a) física para constatar a integridade dos mesmos;
- b) da conformidade com a qualidade e quantidade constante das especificações do objeto no Edital.
- c) do atendimento a todas as reclamações referentes às falhas de execução de serviços, preventivos e corretivos, devidamente notificadas.

8.3. Satisfeitas as exigências contratuais, será atestado o recebimento do serviço na(s) guia(s) de recebimento, que deverá(ão) ser apresentada(s) junto com a Nota Fiscal.

8.4. Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o objeto rejeitado ser recolhido e substituído no prazo máximo de 08 (oito) dias, quando serão realizadas novamente as verificações acima referidas.

8.5. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Contrato, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

8.6. Encaminhamento para a Gerência de Manutenção Predial (GEMAP) da Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial (DENGEP) do TRIBUNAL, da seguinte documentação:

- a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, Certidões de Regularidade Fiscal junto ao FGTS e às Fazendas Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – RFB/PGFN), Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, válidas, ou outra equivalente, na forma da lei;
- b) Certidão Negativa de Débito junto ao Município onde o serviço foi executado.

8.7. Caso seja constatado o não cumprimento ou o cumprimento irregular de condição contratual, a CONTRATADA deverá promover as correções e/ou as conclusões necessárias, estando sujeita as sanções administrativas previstas neste Contrato.

DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA NONA: Este contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões do objeto, observados os limites legais, sem que isso implique aumento do preço proposto.

DA HIPÓTESE DE ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

CLÁUSULA DÉCIMA: Na hipótese de alteração das condições de habilitação jurídica da CONTRATADA, mediante fusão, cisão, incorporação ou associação com outrem, o TRIBUNAL se reserva o direito de rescindir o Contrato ou continuar sua execução com empresa resultante da alteração social.

10.1. Em caso de cisão, o TRIBUNAL poderá rescindir o Contrato ou continuar sua execução pela empresa que, dentre as que surgidas da cisão, melhor atenda as condições iniciais de habilitação em relação ao prazo restante do Contrato.

10.2. Em qualquer dessas hipóteses, deverá ser formalmente comunicada a ocorrência ao TRIBUNAL, com a documentação comprobatória da alteração, devidamente registrada.



10.2.1. A não apresentação do comprovante em até 05 (cinco) dias úteis após o registro da alteração social ocorrida implicará aplicação da sanção de advertência e, persistindo a situação, poderá ser rescindido o Contrato por culpa da CONTRATADA, com a aplicação da multa e das demais sanções previstas em lei nessa hipótese.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 e seguintes da Lei nº. 8.666/93, bem como:

- a) Por ato unilateral e escrito do TRIBUNAL, independente de aviso, interpelação ou notificação judicial.
- b) Por acordo entre as partes, reduzido a termo.
- c) Por incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade revelados pela CONTRATADA durante o fornecimento objeto deste contrato.

11.1. No caso de rescisão unilateral, o TRIBUNAL não indenizará a CONTRATADA, salvo pelo fornecimento já realizado até o momento da rescisão.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Pela inexecução total ou parcial do contrato, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções:

- a) advertência, por escrito, informando à CONTRATADA sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa, observados os seguintes limites:
 - b.1) até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do serviço não realizado;
 - b.2) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do serviço não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas, com a possível rescisão contratual;
- c) suspensão temporária de participar em licitações promovidas pelo TRIBUNAL e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 6º da Lei nº. 13.994/01 e demais disposições correlatas.
- d) Declaração de inidoneidade, nos termos do inc. IV do art. 38 do Decreto Estadual nº. 45.902/2012.

12.1. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste contrato.

12.2. O valor da multa aplicada deverá ser retido dos pagamentos devidos pelo TRIBUNAL e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor, devendo a CONTRATADA recolhê-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação.

DA SUBCONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Nos termos do art. 72 da Lei nº 8.666/93, no cumprimento do objeto do Contrato, e sem prejuízo de suas responsabilidades contratuais e legais, a CONTRATADA poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, mediante prévia e expressa anuência do TRIBUNAL, até o limite por esse admitido.

13.1. As subcontratações serão admitidas, a critério do TRIBUNAL, exclusivamente nos casos de notória especialização, execução de atividade-meio e/ou de serviços em atraso.



13.2. A autorização de subcontratação estará condicionada ao exame e aprovação, pelo TRIBUNAL, da seguinte documentação válida do pretense subcontratado, que deverá ser apresentada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data prevista para início dos trabalhos:

- a) Certificado de Regularidade Fiscal junto ao FGTS, da empresa a ser subcontratada;
- b) Certidão de Regularidade junto ao – INSS/RFB da empresa a ser subcontratada;
- c) Prova de regularidade com as Fazendas Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – RFB/PGFN), Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa a ser subcontratada, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, válida da empresa a ser subcontratada;
- e) Prova de regularidade com as Fazendas Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – RFB/PGFN) Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa a ser subcontratada, válidas, ou outra equivalente, na forma da lei;
- f) Atestado de capacidade técnica, emitido por órgão público ou empresa privada, comprovando a execução dos serviços com as mesmas características técnicas e que houve fiel cumprimento das obrigações contratuais e certidão do CREA, se for o caso, ou comprovação de que a empresa a ser subcontratada executou serviço de característica semelhante ao objeto da subcontratação;
- g) Declaração de inexistência, no quadro de pessoal da empresa a ser subcontratada, de trabalhadores menores, na forma do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, através de modelo constante no Anexo II do Edital.

13.3. Para início e execução dos serviços serão necessários:

- a) Cópia das ARTs, devidamente quitadas, quando necessárias.

13.4. Autorizadas pelo TRIBUNAL as subcontratações, os subcontratados deverão apresentar, durante a prestação de serviço, todos os documentos acessórios elencados em anexo do Contrato, no que couber.

13.4.1. Durante o período da subcontratação, as subcontratadas deverão manter vigentes as condições de regularidade jurídica, fiscal e técnica.

13.5. A substituição, pela CONTRATADA, de eventual subcontratado, já anteriormente aprovado e autorizado, dependerá da prévia e expressa anuência escrita do TRIBUNAL.

13.6. A CONTRATADA incluirá em todos os Contratos que vier a celebrar com os subcontratados dispositivo que permita ao TRIBUNAL exercer amplo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, nos termos estabelecidos no Contrato.

13.7. Não haverá nenhum vínculo contratual, legal ou trabalhista entre o TRIBUNAL e os subcontratados ou empregados da CONTRATADA, inexistindo, por conseguinte, responsabilidade solidária ou subsidiária do TRIBUNAL quanto a qualquer obrigação da CONTRATADA perante seus subcontratados e empregados.

13.8. Todas as obrigações fiscais, legais, trabalhistas e previdenciárias decorrentes de reclamação, demanda ou exigência administrativa ou judicial que vierem a ser efetivadas contra o TRIBUNAL pelos subcontratados, ou relativamente a estes, pelos empregados da CONTRATADA ou por terceiros a ela relacionados, a qualquer título, envolvidos na execução do Contrato, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA e deverão ser integralmente por esta assumidas, a partir da data de assinatura do Contrato.

DAS VEDAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A CONTRATADA não poderá caucionar ou utilizar o contrato com o TRIBUNAL para qualquer operação financeira, bem como:

14.1. Interromper a execução do objeto sob alegação de inadimplemento por parte do TRIBUNAL, salvo nos casos previstos em lei.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

14.2. Transferir ou ceder direitos ou obrigações do contrato, salvo com autorização expressa do TRIBUNAL, concedida após análise e aprovação da documentação exigida.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A eficácia deste contrato decorrerá da publicação de seu extrato no órgão de comunicação oficial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais (“Diário do Judiciário Eletrônico”) do TRIBUNAL.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios eventualmente emergentes deste contrato.

E, por estarem assim ajustadas, firmam as partes o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.

Belo Horizonte,

PELO TRIBUNAL:

Desembargador JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES
Presidente

PELA CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXX



ANEXO – I DO CONTRATO
LOCALIDADES

Lote	Objeto	Quantidades	
		Fornecimento e instalação	Manutenção corretiva integral
01	Fornecimento, instalação e manutenção de persianas verticais nos prédios do TJMG, localizados nas cidades de Abaeté, Araguari, Araxá, Arcos, Bambuí, Bom Despacho, Bom Sucesso, Bonfim, Brumadinho, Campina Verde, Campo Belo, Campos Altos, Canápolis, Candeias, Capinópolis, Carmo da Mata, Carmo do Cajuru, Carmo do Paranaíba, Carmópolis de Minas, Carneirinho, Cláudio, Conceição das Alagoas, Conquista, Coromandel, Divinópolis, Dolores do Indaiá, Estrela do Sul, Formiga, Fronteira, Frutal, Ibiá, Iguatama, Itapajipe, Itapeverica, Itaúna, Ituiutaba, Iturama, Juatuba, Lagoa da Prata, Luz, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Morada Nova de Minas, Nova Ponte, Nova Serrana, Oliveira, Pains, Papagaios, Pará de Minas, Passa-Tempo, Patos de Minas, Patrocínio, Perdizes, Pitangui, Pompéu, Prata, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Sacramento, Santa Vitória, Santo Antônio do Amparo, Santo Antônio do Monte, São Gonçalo do Abaeté, São Gonçalo do Pará, São Gotardo, Tiros, Tupaciguara, Uberaba e Uberlândia conforme especificações técnicas.	2.000,00m ²	500,00m ²
02	Fornecimento, instalação e manutenção de persianas verticais nos prédios do TJMG, localizados nas cidades de Água Boa, Arinos, Bocaiúva, Bonfinópolis de Minas, Brasília de Minas, Buenópolis, Buritis, Capelinha, Conceição do Mato Dentro, Coração de Jesus, Corinto, Curvelo, Diamantina, Espinosa, Francisco Sá, Grão-Mogol, Itamarandiba, Jaíba, Janaúba, Januária, João Pinheiro, Manga, Mato Verde, Minas Novas, Mirabela, Montalvânia, Monte Azul, Montes Claros, Paracatu, Paraopeba, Pirapora, Porteirinha, Rio Pardo de Minas, Rio Vermelho, Sabinópolis, Salinas, São Francisco, São João da Ponte, São João do Paraíso, São Romão, Serro, Sete Lagoas, Taiobeiras, Três Marias, Turmalina, Unaí, Várzea da Palma e Vazante conforme especificações técnicas.	800,00m ²	160,00m ²
03	Fornecimento, instalação e manutenção de persianas verticais nos prédios do TJMG, localizados nas cidades de Águas Formosas, Abre-Campo, Açucena, Aimorés, Almenara, Alvinópolis, Araçuaí, Barão de Cocais, Belo Oriente, Bom Jesus do Galho, Carangola, Caratinga, Carlos Chagas, Conselheiro Pena, Coroadi, Coronel Fabriciano, Divino, Espera Feliz, Ferros, Galiléia, Governador Valadares, Guanhães, Inhapim, Ipanema, Ipatinga, Itabira, Itabirinha de Mantena, Itambacuri, Itanhomi, Itaobim, Jacinto, Jequeri, Jequitinhonha, Joaíma, João Monlevade, Lajinha, Malacacheta, Manhuaçu, Manhumirim, Mantena, Medina, Mesquita, Mutum, Nanuque, Nova Era, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Peçanha, Pedra Azul, Raul Soares, Resplendor, Rio Casca, Rio Piracicaba, Rubim, Santa Bárbara, Santa Maria de Itabira, Santa Maria do Suaçuí, São Domingos do Prata, São João Evangelista, Tarumirim, Teófilo Ottoni, Timóteo e Virgínia conforme especificações técnicas.	1.200,00m ²	300,00m ²



Lote	Objeto	Quantidades	
04	Fornecimento, instalação e manutenção de persianas verticais nos prédios do TJMG, localizados nas cidades de Cataguases, Além Paraíba, Alto Rio Doce, Andrelândia, Barbacena, Barroso, Bicas, Carandaí, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Entre-Rios de Minas, Ervália, Eugenópolis, Guarani, Itabirito, Juiz de Fora, Lagoa Dourada, Leopoldina, Lima Duarte, Mar de Espanha, Mariana, Matias Barbosa, Mercês, Miradouro, Miraí, Muriaé, Ouro Branco, Ouro Preto, Palma, Piranga, Pirapetinga, Ponte Nova, Prados, Resende Costa, Rio Novo, Rio Pomba, Rio Preto, Santos Dumont, São João del-Rei, São João Nepomuceno, Senador Firmino, Teixeiras, Tocantins, Tombos, Ubá, Viçosa e Visconde do Rio Branco conforme especificações técnicas.	2.000,00m ²	500,00m ²
05	Fornecimento, instalação e manutenção de persianas verticais nos prédios do TJMG, localizados nas cidades de Aiuruoca, Alfenas, Alpinópolis, Andradas, Areado, Baependi, Boa Esperança, Borda da Mata, Botelhos, Brazópolis, Bueno Brandão, Cabo Verde, Cachoeira de Minas, Caldas, Camanducaia, Cambuí, Cambuquira, Campanha, Campestre, Campos Gerais, Carmo de Minas, Carmo do Rio Claro, Cássia, Caxambu, Conceição do Rio Verde, Cristina, Cruzília, Elói Mendes, Extrema, Guapé, Guaranésia, Guaxupé, Ibiraci, Itajubá, Itamoji, Itamonte, Itanhandu, Itumirim, Jacuí, Jacutinga, Lambari, Lavras, Machado, Monte Belo, Monte Santo de Minas, Monte Sião, Muzambinho, Natércia, Nepomuceno, Nova Resende, Ouro Fino, Paraguaçu, Paraisópolis, Passa-Quatro, Passos, Pedralva, Perdões, Piumhi, Poço Fundo, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Pratápolis, Santa Rita de Caldas, Santa Rita do Sapucaí, São Gonçalo do Sapucaí, São Lourenço, São Roque de Minas, São Sebastião do Paraíso, São Tomás de Aquino, Silvianópolis, Três Corações, Três Pontas e Varginha conforme especificações técnicas.	1.500,00m ²	500,00m ²
06	Fornecimento, instalação e manutenção de persianas verticais nos prédios do TJMG, localizados nas cidades de Belo Horizonte, Belo Vale, Betim, Brumadinho, Caeté, Contagem, Esmeraldas, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Jaboticatubas, Lagoa Santa, Martinho Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, Vespasiano, conforme especificações técnicas.	2.000,00m ²	800,00m ²